

## *Trachelium caeruleum* em Braga António Freitas

Quem percorrer as ruas do centro histórico de Braga, a partir de Maio e até ao final do Verão, poderá encontrar umas bonitas inflorescências a alegrar muitos dos muros, casas e monumentos, desde que antigos. São flores **silvestres** de *Trachelium caeruleum* L., planta vulgarmente conhecida como flor-de-viúvas, flor-de-vievas ou viuvinhas. Não aparecem espontaneamente nos montes, campos, hortas, jardins, ou povoações desta parte do país. O que faz então ela em Braga? Como terá vindo cá parar? Tal é o tema deste artigo.

Jacob Bohme (1575-1624) foi o autor da *teoria* ou *doutrina das assinaturas*. Este sapateiro, místico e prolífico escritor alemão, pretendia ser possível tratar as diferentes doenças dos órgãos do corpo humano procurando remédio nas plantas com formas ou cores semelhantes às desses órgãos. [1]



Jacob Bohme.

As plantas, tal como aliás as rochas, conteriam sinais de origem divina, que permitiriam ao observador atento encontrar a finalidade para que se encontrariam indicadas. Haveria ainda que as utilizar na melhor conjugação astrológica.

Bohme vai encontrar inspiração para esta sua revelação nos ensinamentos de Paracelso (1493-1541), o qual é um dos defensores do princípio que se expressa na formula latina *similia similibus curantur*, ou em português, *semelhante cura semelhante*. Este princípio recua até ao tempo de Hipócrates (c.460-377 a.C.) e ainda mais remotamente na antiga civilização chinesa.

Assim, por exemplo, a planta *Hepatica nobilis* Schreb., possuindo folhas que lembram na forma e na cor, um fígado, passou a ser utilizada no tratamento de problemas hepáticos; uma das avencas, *Adiantum capillus – veneris* L. sugerindo na sua forma uma farta cabeleira passou a ser empregue no tratamento de problemas capilares. Outra planta, a pulmonaria, *Pulmonaria officinalis* L., lembrando no aspecto das suas folhas uns pulmões, passou a ser recomendada para as doenças pulmonares; a noz da noqueira – *Juglans regia* L. evocando na sua aparência o encéfalo/cérebro devia ser utilizada para curar as maleitas relacionadas com aquele órgão.

O coco-do-mar *Lodoicea maldivica* Pers. pela sua forma deveria ser afrodisíaco e como tal é consumido, como acontece para muitos dos outros produtos ditos afrodisíacos, pela sua forma<sup>1</sup>...

Esta teoria, rejeitada pela moderna medicina, fez furor no século XVII, mesmo em meios científicos, e correu mundo, sendo posterior e gradualmente abandonada. Não foi no entanto totalmente esquecida ou apagada, tendo ainda hoje em dia diferentes repercussões e alguns seguidores.

João de Jesus Maria nasce em 1716. Forma-se em Farmácia em Coimbra, em 1741. Professa votos monásticos como Beneditino em 1744.

Funda/reforma boticas nos mosteiros beneditinos de Refojos de Basto (1744) Sto. Tirso (1746) Paço de Sousa (1748) Lisboa (1752) e Cucujães (1758). Morre em Rendufe em 1795, depois de ter administrado a botica do mosteiro de S. Bento de Sto. Tirso durante mais de 40 anos.

Intitula-se Professor de Farmácia e Administrador do Laboratório e Jardim Botânico deste antigo e importante mosteiro. O jardim botânico servia um fim – possibilitar a obtenção e a preparação de medicamentos que em grande parte, tal como hoje em dia, eram realizados a partir de produtos obtidos da plantas.

Frei João de Jesus Maria tem pois um papel de grande relevo no desenvolvimento das boticas conventuais e portanto na história da farmácia em Portugal. A sua sólida formação académica e vasta experiência tornam-no uma figura científica de relevo.

Escreve significativa obra literária. Dentre os diferentes títulos destaco a sua *Pharmacopea Dogmatica Medico-Chimicae Theorico-Pratica*, publicada em 1772. [2] Inclui dois tomos (fig.1) e pode ser consultada por exemplo na Biblioteca Pública de Braga. Foi uma das farmacopeias mais utilizadas no país, na sua época.

Veio juntar-se a muitas outras que a partir de 1704 – data da publicação da primeira farmacopeia em português – *Pharmacopea Lusitana* – deram ao prelo.

Em 1794 perante o grassar de obras de diferente natureza e a existência de uma miríade de preceitos, receitas e versões destas é finalmente editada uma farmacopeia oficial – *Farmacopeia Geral Para o Reino e Domínios de Portugal*, por ordem da Rainha D. Maria I.

A farmácia química ganha assim terreno à antiga farmácia galénica, herdada de gregos romanos e árabes, baseada em coisas como sangrias, sanguessugas e purgas.

Nas boticas dos mosteiros, conviveram lado a lado diferentes práticas e obras. É o caso da botica do Mosteiro de Tibães onde em 1797 existiam as seguintes Farmacopeias – Lisbonense, de Fuller, **Dogmática**, e Geral, para além de outras obras relacionadas, como por exemplo, Tesouro Apolínico, Galénico, Químico, Cirúrgico e Farmacêutico, Compêndio de Botânica de Brotero e Medicina Domestica de Buchen. [3]

Na introdução da sua farmacopeia Frei João de Jesus Maria enuncia uma vasta bibliografia bastante actualizada. Denuncia insistentemente aqueles que por

54715.8

# PHARMACOPEA DOGMATICA MEDICO-CHIMICA, E THEORICO- PRATICA.

DIVIDIDA EM DUAS PARTES:



NA PRIMEIRA SE TRACTA DAS PRINCIPAES PARTES. E OPERACOENS  
da Pharmacologia Galenico-Chimica, com as mais particularizadas Composicoens Anti-  
gas, e Modernas, exaggeradas com as annotacoens, e expurgacoens do melhor  
Methodo:

NA SEGUNDA SE DAO AS NECESSARIAS NOTICIAS MUITO EXACTAS  
dos usuos Animaes, Mineraes, e Vegetaes, que ha, e pode haver neste Reyno; tudo  
instruido de razões, e experimentos, chegados ao Moderno Seculo, e repartido em 5.  
Tractados dispersos em 2. Tomos com extenso numero de exquisitos remedios de  
reconhecido effeito manifesto.

**O B R A U T I L I S S I M A**  
*Aqualquer Professor de Medicina, e particularmente precisa  
aos Pharmaceuticos.*

**D E D I C A D A**  
AO NOSSO REVERENDISSIMO  
**D. ABBADE GERAL**  
DE S. BENTO,  
E mais Monges desta Congregação de Portugal, e Provincia-  
do Brasil.

**T O M O I.**  
A U T O R  
**O P. F. JOAÕ DE JESUS MARIA,**  
Monge da mesma Congregação, e Administrador da Botica do Re-  
formado, e antiquissimo Mosteiro de Santo Thyrsó.



**P O R T O :**  
Na Officina de ANTONIO ALVARES RIBEIRO GUIMAR;  
A sua custa impressa.

---

Anno de M DCC LXXII.  
*Com licença da Real Mesa Censoria.*

Fig. 1 – Pharmacopea Dogmática.

Eu a Rainha Faço saber aos que este Alvará virem: Que sendo-Me presente a desordem, com que as Boticas de Meus Reinos, e Domínios se fazem as preparações, e composições, por falta de Pharmacopea, que sirva para regular a necessária uniformidade das ditas preparações e composições; sendo certo, que haja esta uniformidade, he impossível que a Medicina se pratique sem riscos de vida, e saúde de Meus Fiéis Vassallos...; Fui servida mandar fazer e publicar a *Pharmacopea Geral para o Reino, e Domínios de Portugal* para servir de Regra aos Boticários e determinar a esse respeito o seguinte:

- 1 – Que seja para instrução de todos os que aprenderem a Arte Pharmaceutica...
- 2 – Todos os Boticários serão obrigados a ter hum Exemplar da *Pharmacopea Geral*...
- 3 – Prohibo não somente que os Boticários preparem e componham, Medicamentos Por outra alguma Pharmacopea; mas também que nenhum Médico ou Cirurgião possa receitar qualquer preparação ou composição debaixo de titulos geraes, que nella se não contenhão...

Fig. 2 – Extracto de Alvará de 7 de Janeiro de 1794 da Rainha D. Maria I, in [3].

meio de charlatanices e/ou em gabinetes sem preparo, com "não mais do que duas dúzias de frascos" com plantas (ou *simples*), se arvoram em artistas farmacêuticos, pretendendo tratar todos os males com grande prejuizo dos doentes.

Frei João é para a época um profissional consciencioso e de grande estatura. Não crê utilizar receitas fantasistas. Conhece um grande número de plantas e o modo como as há-de utilizar, em medicamentos simples ou compostos com diferentes espécies, entrando também muitas vezes nessas composições produtos de origem animal e diferentes produtos químicos.

Cientificamente está na transição da antiga farmácia galénica (de *Galeno* – médico grego do Imperador Romano *Marco Aurélio*) para a moderna farmácia química e tenta utilizar o melhor dos dois mundos.

Necessariamente a farmácia e a medicina nessa época, tal como hoje em dia, reflectem o desenvolvimento de outras ciências como a biologia. Atente-se a

exemplos e aspectos curiosos como as seguintes descrições, extraídas da sua *Farmacopeia Dogmática* (curativa):

«**Tritão** – é peixe, que do meio para cima mostra aparências de homem: dizem, faz estrago grande em Porto Seguro abaixo da Baía oito léguas.

**Sereia** – é monstro marítimo com rosto, braços e peitos, com alguma semelhança de mulher; quando se vê prognostica tempestades: o seu dente tem a virtude de suspender o sangue da boca posto no peito, firmando outro sobre as partes pudendas».

Pelo acima exposto se pode ver como notícias infundadas e fantasiosas circulam nos melhores meios académicos e dão origem a supostos tratamentos.

Não é de estranhar a integração de práticas, desprovidas de fundamento científico, resultantes de séculos da mais vasta imaginação auxiliada por todo um somatório de crenças, conjuntamente com preparações de real valor baseadas numa longa experiência.

Por exemplo sobre os medicamentos antiepilépticos:

«... pós do crânio e úsnea humana (espécies de líquens que cresciam em ossos de cadáveres expostos ao ar durante muito tempo) ... esterco (seco) de aves, ... pós de secundinas (placenta) de mulher do primeiro parto, de testículos de cavalo ...».

Sem nunca citar Jacob Bohme ou a sua *doutrina das assinaturas* Frei João de Jesus Maria, tal como os restantes autores do seu tempo, transpareça em muitas partes da sua obra os princípios que lhe estão subjacentes. Assim pode ler-se:

«... possuindo o egrégio louvor de muitos de óptimo vulnerário (próprio para curar as feridas) nas roturas, errocões (erupções?) e ulcerações do Bofe (pulmões), peito e mais vísceras internas; e por isso de suma utilidade na tísica (tuberculose) ...».

Observe-se que as espécies se encontram designadas em latim com uma nomenclatura polinomial, ao que se segue a designação em Português, Francês e Alemão. Embora nesta data, 1772, a nomenclatura binomial tivesse já sido criada por Lineu, Frei João parece não ter disso conhecimento<sup>2</sup>.

«Hepática – Com este nome se denominam diversas plantas, talvez por nelas se dar a apta faculdade para resolver as obstruções do fígado ...».

Frei João recomenda o uso de *Lichen arboreus*, de cor amarela, para combater a icterícia (a qual empresta uma tonalidade amarelada à pele). Numerosos outros exemplos seriam possíveis de extrair desta destacada obra.

É notória a influência da *doutrina das assinaturas*, e ainda que desta se vá perdendo a memória, ensinamentos nela enraizados continuaram a ser propagados, muitos dos quais perduram até aos nossos dias, disfarçados sob a forma de medicinas populares de base fitoterápica ou de medicamentos naturopatas (herbalismo).

É altura de retomar o discurso sobre *Trachelium caeruleum*, já que o leitor deverá estar a perguntar-se como é que este conjunto de factos acima descrito se articula com a presença de *Trachelium caeruleum* em Braga. Lá iremos.

Esta espécie mediterrânica tem na Península Ibérica uma distribuição que, grosso modo, a bordeja.

O autor destas linhas propôs noutra publicação [4] que no Minho, onde os solos são ácidos, o estatuto da espécie seja modificado de autóctone para alóctone, já que *Trachelium caeruleum* requer para o seu desenvolvimento condições que não se encontram reunidas naturalmente em parte alguma desta província.

A espécie requer entre outras condições, substrato (solo/argamassa) com baixa dureza, um pH próximo da neutralidade ou moderadamente alcalino (6,5 a 8,5) [4].

Deste modo a planta está limitada a crescer em construções antigas, onde a cal e argilas foram muitas vezes utilizadas nas argamassas recriando assim as condições necessárias.

É curioso observar que esta espécie, característica no centro histórico de Braga, está ausente em habitats semelhantes doutras localidades próximas – caso do centro histórico de Guimarães, Barcelos, Ponte de Lima e de tantas outras povoações do Minho mas também do Douro litoral – como no Porto.

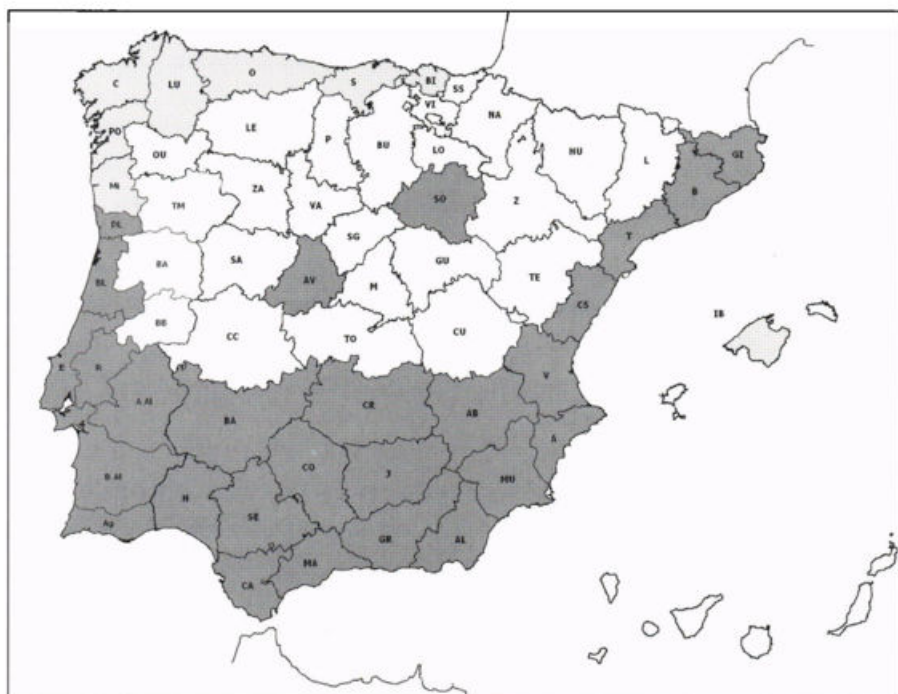


Fig. 3 – Proposta de reclassificação do estatuto de planta no Minho (figura adaptada de Flora Ibérica) (Castroviejo *et al.*, 1986 *in* 2). Verde – províncias onde a espécie é dada como autóctone. Bem documentada. Amarelo – províncias em que a espécie é alóctone, ainda que o não pareça [4, 5].

Esta distribuição parece excluir a possibilidade que a propagação da espécie na região se tenha realizado por meios naturais.

Assim tudo indica que esta espécie foi introduzida em Braga. Essa introdução não ocorreu em tempos recentes. Os argumentos a favor deste facto são entre outros os de que as *flores-de-viúvas* são bem conhecidas da população, nomeadamente da mais idosa – pese embora o seu nome, mesmo o vulgar, seja em regra desconhecido. A espécie está amplamente disseminada no centro histórico de Braga [4].

A idade indiciada pelo desenvolvimento da parte lenhosa de alguns velhos e raros exemplares e alguns documentos históricos apontam igualmente para essa possibilidade [4].





Fig. 4 – Capela da Casa dos Coimbras.

Há duas ordens de razão principais que podem ter motivado quem quer que tenha feito a introdução desta espécie em Braga.

A primeira é a singular beleza das vistosas inflorescências desta espécie, com múltiplas e pequenas flores de um intenso azul arroxeadado, as quais perderam durante os meses mais quentes e secos do ano, apenas com uma breve pausa em Agosto nos lugares de maior exposição solar.

Esta razão poderia só por si ter sido suficiente para a introdução de *Trachelium caeruleum* na cidade de Braga. No entanto há muitas outras espécies de grande beleza na flora mediterrânica, também capazes de colonizar muros (rupícolas) que estão ausentes em Braga. Veja-se, para referir apenas um exemplo, o caso de *Anthirrhinum majus* L. (bocas-de-lobo) tão frequente em Coimbra. Além disso não é comum dar muita atenção a este tipo de plantas silvestres que crescem em muros e locais rochosos.



Fig. 5 – Pátio da Casa das Carvalheiras – Campo das Carvalheiras.



Fig. 6 – Inflorescência de *T. caeruleum*.

A segunda razão que poderia ter justificado a introdução de *Trachelium caeruleum* em Braga foi a fama que no passado teve como planta medicinal. Esta espécie foi tida como de grande utilidade no tratamento de afecções da garganta, como faringites (a planta é designada em inglês por *throatwort* – erva da garganta).

Esta virtude era-lhe atribuída pelo facto de possuir uma *assinatura* – a forma da corola da sua flor corresponde à de uma garganta, o que aliás está também traduzido no seu nome científico – *Trachelium* alude a garganta (do grego *Trakhelos* – pescoço ou garganta).

Assim entende-se perfeitamente a razão de ser da introdução desta espécie, autóctone no Sul do país, no jardim botânico do mosteiro de S. Bento em Santo Tirso.

Frei João poderá ter tomado contacto inicial com a espécie na região de Lisboa/Cintra, onde esta ocorre. Leia-se o seguinte texto:

«No fértil território de Cintra e termo de Lisboa há um grande número de plantas com tal abundância, que todas as semanas se fazem nesta ilustre Corte feira de várias, que no decurso do ano vegetam conforme as quadras do tempo ...»

Na zona de Braga os mosteiros beneditinos de Tibães ou de Rendufe não possuíam jardins botânicos, pese embora viessem a ter boticas. Claro que não desdenhavam as muitas espécies de plantas colhidas nas suas extensas cercas. No entanto dá-se o facto de precisamente nesses locais as condições não serem favoráveis à ocorrência de *Trachelium*, devido ao tipo de argamassas empregues na construção e litologia locais.

Frei João residiu durante mais de 40 anos em Santo Tirso onde possuía esta espécie e naturalmente deslocava-se com alguma frequência a Braga, até pela natureza da sua especialidade.

Resta acrescentar que Frei João nascera na Freguesia de São João do Souto desta cidade em casa de seus pais (a 2 de Julho de 1716) [6] e é precisamente nesta freguesia que se encontram actualmente uma grande parte das ocorrências da planta na cidade. [4]



Fig. 7 – *Trachelium caeruleum* num muro, Rua da Infantaria 8.

No final da sua farmacopeia Frei João lamenta a falta de hortos botânicos particulares em Portugal. Esta posição é perfeitamente correcta e espectável de quem, como ele, é um estudioso das propriedades medicinais das plantas, responsável por um importante jardim botânico e laboratório farmacêutico:

«Ultimamente [por último] se adverte, o serem tão especiais em o nosso Portugal os territórios de Lisboa, Santarém, Coimbra, entre Douro, Minho e Serra da Estrela, que, pela fertilidade dos ares, e centro da Terra, poderiam muitas pessoas poderosas e assistidas de cabedais (com posses) terem utilíssimos hortos botânicos, aonde mais que na feliz Arábia (actuais, Iémen e Omã) podiam vegetar quaisquer plantas, assim (como as) exóticas e jamais vistas, como domesticas, a quem se lhe sabe o nome: na Itália, e noutras partes da Europa, sei eu, há hortos botânicos de óptimo recreio, que algumas pessoas ilustres conservam para utilidade pública, e é tão lamentável desgraça, que sendo o engenho dos portugueses, por natureza avantajado, seja na cultura de coisa, tão importante à saúde falto ...».

É portanto natural que Frei João tivesse contribuído para um horto dos seus familiares em Braga ou que tivesse disponibilizado a planta a outros.

Existe assim uma forte possibilidade de ter sido Frei João de Jesus Maria a introduzir em Braga esta espécie de rara beleza e durabilidade.

Como se pode ler há aqui um considerável número de suposições, já que as evidências são tão só circunstanciais. Frei João de Jesus Maria reunia todas as condições . Pesquisas ulteriores deverão trazer mais luz a este assunto.

*Trachelium caeruleum* foi classificada por Lineu em 1753. Pertence à família das Campanulacea<sup>3</sup>. Revelou ser uma planta com grande capacidade de aclimação, sendo encontrada em ambientes que vão desde os consideravelmente expostos ao sol até aos muito ensombrados. Esta capacidade tem por base uma grande plasticidade morfológica: As suas folhas variam muito em comprimento e largura – área (até mais de 10 vezes) em espessura (até cerca de 6 vezes) e na densidade estomática (até cerca de 2,7 vezes). É notável também a variação das suas folhas, de verde até vermelho/grana (ao sol) sendo esta última cor devida à presença de antocianinas [4].



Fig. 8 – Pátio da Casa das Carvalheiras.

Esta plasticidade poderá também explicar porque é que as suas raízes se adaptam a diferentes espaços, muitas vezes exíguos, juntas e interstícios das construções (muros etc.) sem os forçar, não causando nunca estragos nas estruturas colonizadas, ao contrário do que é habitual em espécies de mais forte crescimento e de raiz lenhosa, como por exemplo a hera.



Fig. 9 – Aspecto de *T. caeruleum*, não florido.

*Trachelium caeruleum* poderá ser um motivo singular de atracção turística, não desprezível, se a deixarem continuar a enfeitar as construções do centro histórico.

Nos últimos anos infelizmente esta espécie tem vindo a desaparecer de muitos dos locais onde estava presente, fruto de obras de restauro, demolição e “conservação”. Por vezes a razão destas “conservações” parece ser a sua própria presença.

A espécie reúne todas as características para ser assumida como parte da imagem de marca de Braga, quer pela sua magnífica cor – tão apropriada à

cidade –, raridade no norte do país e profusão no centro histórico desta urbe, como pela capacidade de crescer e encantar sem estragar as estruturas durante os longos dias de Maio a Outubro.

Poucas cidades se podem orgulhar de possuir um adorno floral tão exclusivo, verdadeiramente um património biológico a conservar, também ela um monumento biológico, bem mais graciosa que as vulgares flores de vasos e não requerendo quaisquer cuidados.

É preciso divulgá-la e preservá-la, conservando as alvenarias onde cresce, dedicando especial atenção à manutenção das argamassas tradicionais ou semelhantes.

Não matem os mais as galinhas dos ovos de ouro.



Fig. 10 – *Trachelium caeruleum*, juntamente com hera, no pátio interior do antigo Paço Episcopal – Biblioteca Pública de Braga, um dos locais onde pode ser admirada.

## Notas

<sup>1</sup> É verdade que o facto de existir uma semelhança ou "assinatura" não exclui a possibilidade de haver casos em que existam de facto, coincidências felizes. Assim por exemplo a noz contem lípidos muito apropriados para o bom funcionamento do sistema nervoso, tal como aliás muitos outros alimentos, como os demais frutos secos ou os peixes "gordos".

<sup>2</sup> Na bibliografia da *Pharmacopea Dogmatica* refere-se a *Systema Naturae* apenas como "é obra sobre animais". De facto só na 10ª edição dessa mesma obra, em 1758, Lineu adopta a nomenclatura binomial zoológica, tendo iniciado o uso da nomenclatura binomial botânica em *Species Plantarum* (1753):

<sup>3</sup> É interessante observar que Lineu é aparentemente conhecedor das alegadas propriedades terapêuticas de *Trachelium caeruleum* bem como de outras plantas citadas como *Hepatica nobilis* ou *Pulmonaria officinalis*, pois ao conceber o nome científico destas espécies destaca exactamente a semelhança com os órgãos para cuja cura supostamente contribuíam, um sinal evidente da fama que detinham.

## Referências bibliográficas

- [1] – BOHME, Jacob. *De signatura rerum* (tr. *The Signature of all Things*, 1982). James Clarke & Co Ltd.
- [2] – JESUS MARIA, João de (1732), *Pharmacopea dogmatica medicochimica, e theorico-practice*. Porto: Of. de Antonio Alvares Ribeiro Guimar.
- [3] – *A botica séc. XVII-XVIII: Catálogo da exposição*. Braga: Museu dos Biscainhos e Museu do Mosteiro de S. Martinho de Tibães, [1992].
- [4] – FREITAS, António (2006). *Colonização de muros antigos da cidade de Braga por **Trachelium caeruleum** L.: um estudo de bioreceptividade e adaptação*. Tese de mestrado, Braga: Universidade do Minho.
- [5] – CASTROVIEJO, S. (coordenador) et al. (1986). *Flora Ibérica. Plantas vasculares de la Península Ibérica e Islas Baleares*. Vol. XIV Myoporaceae-Campanulaceae. Real Jardín Botánico, CSIC. pp. 141,142.
- [6] – RAMOS, Luís Oliveira (2003). *Inéditos do Cardeal Saraiva (Historiografia Monástica II)*. "Bracara Augusta", Braga, 51(106), 2003, p. 256.